

Amizade feroz

Quando o Japão invadiu a China, aqui há três meses, toda a gente medianamente instruída nas modificações geográfico-políticas do nosso planeta, afirmou ser a investida nipónica no país do Celestial Império aquêle caso da Mandchúria, de 1931, a entrar numa segunda fase. E o certo é que essas afirmativas se faziam numa tão larga convicção, saindo as palavras apoiadas em tão abundantes e seguros argumentos, que por vontade ou sem ela éramos levados a crê-las irrecusáveis. Pois, afinal, parece que nos enganamos todos. — «Não, meus senhores,—vem bradando ultimamente aos quatro ventos o Japão pela boca dos que dirigem os seus destinos—isto não é um caso de mais palmo ou menos palmo de terra: é uma questão de amizade. Amamos a China e todo o nosso empenho é vê-la feliz. Mas ela paga êste affecto com a indiferença, repele-o. Ora isto, naturalmente, dói-nos. E como nos não faltam homens no campo ou na cidade, corações nos mares, canhões e metralhadoras nos quartéis, fazemos isto».

Ignoramos se esta maneira feroz de manifestar os sentimentos duma amizade entranhada, é a via mais própria para conquistar simpatias. Ignoramos mesmo se tal amizade existe. De certeza certa sabemos que cinco províncias chinesas, situadas ao norte de Changai, são ricas em petróleo, em ferro, carvão, lã e algodão. E sabemos outro-sim que o Japão ambiciona com afã desordenado estas matérias. Sabemos isto, mas não tiramos conclusões.

O maior quadro do mundo

Estranhareis que começemos referindo-nos ao maior quadro do mundo precisamente pelos processos vulgares: indicando as dimensões. Tem sessenta metros de largura, por dois de altura, exhibe-se na maravilhosa Exposição de Paris, evoca toda a história da electricidade, e foi realizado por Dufy, Raúl Dufy, um normando de «olhos de anjo, ágil como um deus». Maior de que o *Paraiso* de Tintoretto, só, diz o *Nouvelles Littéraires*, pela pena de Claude Rouger Marx, Raúl Dufy dispunha dum «vocabulário de harmonias tão vasto, capaz de não ser intimidado nem

pelos proporções, nem pelo assunto, nem pelo tempo que lhe era concedido». «Um êxito como o seu exigia a união das qualidades mais diversas: o génio poético e a cultura mais vasta, uma técnica sabedora, o sentido da organização, uma vontade enérgica dirigindo tudo para manter a disciplina indispensável entre elementos tão numerosos». E acrescenta: «Pensai em que a composição compreende mais de trezentos personagens, inventores, deuses, músicos; que era preciso dar a êstes sábios as suas silhuetas de outrora, os seus traços, as suas vestes. Desde Thalés a Mme. Curie tudo aí é evocado, comunicando com o mistério ou com os seus contemporâneos». Toda a história da electricidade, desde as mais recuadas épocas, genialmente é traçada nessa vasta parede, onde não faltam, desde os mínimos pormenores da fenomenologia cósmica representados, «o sol em toda a sua glória a fundir as geleiras, a evaporação dando nascimento às chuvas, as torrentes engrossando, fontes de energia hidráulica», o imenso guindaste de Brest e as figuras hu-

manas de Galvani, Ampère, Newton, Watt, Volta. Tudo, enfim, está nesse quadro de Dufy, o pintor que o mundo invejará à França e que «soube ser lírico sem cair no enfadonho e sem perder contacto com o quotidiano».

Roosevelt e a Europa

Emilio Ludwig, o biógrafo de Goethe, de Napoleão e Bismarck, o jornalista sagaz das *Entrevistas com Mussolini*, o biógrafo ainda do Nilo, cuja vida descreveu, no seu maravilhoso e palpitante interesse, em páginas da mais bela e fluente arte literária e do mais rigoroso cunho de veracidade na observação e no rigôr documental e histórico, Emilio Ludwig, dizíamos, um homem apontou no tremedal pavoroso da actualidade: Roosevelt.

O comentador tão perspicaz da situação europeia, assaz aflitiva, viu, na nitidez horrível com que ela se oferece, e suma gravidade da questão da Europa. Pela primeira vez—quem sabe,—deixou de falar-se nas minas, nos mercados, nos metais, nas coisas todas

da vida económica, para que se desse relêvo justo e preciso a um factor grave: o psicológico. Esse factor pesa, e é próprio—porque não será o fundamental que impede a regularização dessas questões de mercados, de indústrias, de agriculturas, de rios de margens produtivas e fecundas, que é costume tantas vezes apresentar-se como razão única (e se assim fôra, admitia-se o tremendo fatalismo) das pugnas tão perigosas para os homens de hoje como para todo o futuro do humanismo e da Civilização?

Há entre o povo alemão e o francês um conflito psicológico, que o Tratado de Versailles agravou, e políticos desonestos exacerbaram. Nesse caso psicológico, com ideias de revindita, de esmagamento, de vitória, está o mal maior de todos os males. Ludwig reconheceu-o. E lembrou Roosevelt, apontou-o como capaz de livrar a Europa das aflições que êsse caso possa provocar. E Roosevelt falou, no discurso histórico e impressionante que na Imprensa diária todos puderam lêr—e sentir na sua grave emoção.

(Continua na página dezasseis)

Das leis da competencia

(Continuação da página anterior)

a cultura estão longe de preencher o seu grandioso fim segundo os métodos das competências pedagógicas e culturais. Acórdos, tratados e convenções sobre tudo—menos sobre educação e cultura. Há leis que vigoram de geração em geração. Vigoram séculos. Mil govêrnos, refundem-se as constituições políticas, reformam-se as instituições, desaparecem dinastias, substituem-se presidentes—e elas ficam sempre. Dizem respeito a comércio—a tudo menos à educação e à cultura. A legislação de carácter estritamente nacional, que a êsses problemas respeita, nunca deixou de reflectir um espírito mais político do que pedagógico e cultural e sempre de vigência contingente, mesmo quando na instrução se operam progressos.

Ainda que os estadistas em todos os países recorram à competência de autoridades em matéria de instrução e cultura, quando alteram ou reformam programas, processos e métodos instrutivos e culturais, a verdade é que isso se faz mais como **pro forma** e não só nem sempre os assistentes são das com-

petências nacionais mais autorizadas, nem, mesmo em tal caso, os seus critérios prevalecem, se a escôlha não recair em quem possa satisfazer inteiramente ao critério de quem escolhe. Ainda, porém, que essas competências fôsem das mais indiscutíveis e que os seus trabalhos fôsem notáveis, garantia alguma teriam de longa vida desde que não se siga uma orientação desapaixonada e utilitária.

Se a primeira riqueza dum país é o seu povo e se êste afirma os seus progressos e o seu valor pelo grau de instrução e cultura, e se os Estados nas riquezas criadas têm valores intrínsecos e extrínsecos e na criação e consumo delas intervêm competências de súbditos de Estados diferentes, com mais razão seitaria a cooperação dos mais autorizados cientistas da educação e da cultura, de qualquer país que êles fôsem, na formação dessa maior e primordial riqueza, aquela por cuja formação os Estados mais se acreditariam aos seus povos. Ainda não há muito a imprensa: nos deu conhecimento dum caso desagradável com as conservas exportadas para

Londres e não raras vezes se recebem produtos nas alfândegas, de onde não passam e são devolvidos devido à sua péssima qualidade. Entretanto o inter-câmbio da mercadoria humana faz-se sem conção de qualidade. Apetece-nos esta analogia disparatada.

A agravar os capitais problemas pedagógicos e culturais temos essa tomelagem brutal de livros lançados nos mercados sem qualquer contrôlê, sem instruções indicativas da espécie de leitores a que poderão aproveitar e que em vez de contribuir para a educação e a formação cultural, antes desorientam e prejudicam.

Assim não sucederia se os métodos pedagógicos e culturais fôsem traçados pelas mais consagradas competências mundialmente afirmadas pelos seus trabalhos e se os Estados se orientassem pelos princípios dos homens mais responsáveis nesse ramo da actividade e valorização humana, assegurando a um organismo internacional directivo os meios de execução dos processos e métodos pedagógicos e culturais ditados pela única competência, única lei.